



**ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.**
Private Corporation
CNPJ/ME nº 38.316.293/0001-93
NIRE nº 35.300.555.481

**MINUTES OF THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING
HELD ON APRIL 25th, 2024.**



**JUCESP PROTOGOLO
0.776.581/24-7**



**ALESTA SOCIEDADE DE CREDITO
DIRETO S.A.**
Companhia Fechada
CNPJ/ME nº 38.316.293/0001-93
NIRE nº 35.300.555.481

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024.**

I. DATE, TIME AND PLACE: On April 25th, 2024, at 10:00 a.m., at **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" or "Company") headquarters, located at Rua Vigato, No. 1.620, part, in the city of Jaguariúna, in the state of São Paulo, Zip Code 13916-070.

II. CALL NOTICE: The call notice was waived, pursuant to article 124, paragraph 4 of Law No. 6,404/76, in view of the presence of the shareholders CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") and CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" and, together with CPFL Energia, "Shareholders"), representing the totality of the capital stock.

III. ATTENDANCE: Shareholders CPFL Energia and CPFL Brasil attended the General's Meetings, representing the totality of the Company's capital stock, as verified in the "Shareholders' Attendance Book".

IV. PRESIDING BOARD: Chairman, Fernando Rocha Antonaglia, and Secretary, Giulia Lucato de Souza Frazatto.

V. AGENDA:

In Annual General Meeting: (i) to take account of the Officers, examine, discuss and vote the Company's Financial Statements of the fiscal year ended on December 31st, 2023, accompanied by the Report Issued by the Independent Auditor, and the allocation of the fiscal year result; (ii) to fix the global compensation of the Company's managers; (iii) to re-ratify the Company's Board of Executive Officers compensation approved in 2023; and (iv) to elect the Company's Board of Executive Officers members.

In Extraordinary General Meeting: (i) to take cognizance of the threshold update for the Company's collegiate bodies; and (ii) to approve the proposal of amendment and consolidation of the Company's Bylaws.

I. DIA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de abril de 2024, às 10:00, na sede social da **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" ou "Companhia"), localizada na Rua Vigato, nº 1.620, parte, na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, CEP 13916-070.

II. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença das acionistas CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" e, em conjunto com CPFL Energia, "Acionistas"), representando a totalidade do capital social.

III. PRESENÇA: Compareceram à Assembleia Geral, as acionistas CPFL Energia e CPFL Brasil, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas".

IV. MESA: Presidente, Fernando Rocha Antonaglia, e Secretária, Giulia Lucato de Souza Frazatto.

V. ORDEM DO DIA:

Em Assembleia Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer do Auditor Independente, e a destinação do resultado do exercício; (ii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; (iii) rerratificar a remuneração da Diretoria Executiva da Companhia aprovada em 2023; e (iv) eleger os membros da Diretoria Executiva da Companhia.

Em Assembleia Extraordinária: (i) conhecer da atualização dos limites de alçada dos órgãos colegiados da Companhia; e (ii) aprovar a proposta de alteração e consolidação do Estatuto da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Giulia Lucato De Souza Frazatto e Fernando Rocha Antonaglia. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fzsign.com.br> e utilize o código C77C-87B8-ACB8-33C6.



VI – READING DOCUMENTS, RECEIVING VOTES AND DRAFTING OF THE MINUTES:

(1) the reading of the documents related to the matters to be resolved at these Annual and Extraordinary General's Meetings was waived since the Shareholders is fully aware of their content; (2) authorized to draw up these minutes in summary form and its publication with the omission of the signature of the Shareholders, pursuant to article 130, paragraphs 1 and 2, of the Law No. 6.404/76; (3) unanimously waived the presence of members of the Company's management and the independent auditor, pursuant to article 134, paragraph 2, of the Law No. 6.404/76.

VII. RESOLUTIONS: After the assessment and discussions related to the matters included in the Agenda, the Shareholders resolved:

In Annual General Meeting:

(i) To approve the Company's Financial Statements of the fiscal year ended on December 31st, 2023, accompanied by the Report Issued by the Independent Auditor, and the allocation of the fiscal year result, as described below:

Fiscal Year Result	60.902.754,36
Time-Barred Dividends	-
Reversal of Comprehensive Result	-
Tax Incentives Realization of Reserve for Realizable Profits	-
Other	-
Allocation of Fiscal Year's Result	60.902.754,36
Legal Reserve	3.045.137,72
Mandatory Minimum Dividends	2.892.880,83
Proposed Additional Dividend	54.964.735,81

VI - LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA:

(1) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nestas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento das Acionistas; (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas das Acionistas, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76; (3) dispensada, por unanimidade, a presença de membros da administração da Companhia e do auditor independente, nos termos do art. 134, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76.

VII. DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, as Acionistas deliberaram:

Em Assembleia Ordinária:

(i) Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer do Auditor Independente, e a destinação do resultado do exercício, conforme descrito abaixo:

Resultado do Exercício	60.902.754,36
Dividendos Prescritos	-
Reversão do Resultado Abrangente e Incentivos Fiscais Realização de Reserva de Lucros a Realizar	-
Outros	-
Resultado do Exercício a ser Destinado	60.902.754,36
Reserva Legal	3.045.137,72
Dividendo Mínimo Obrigatório	2.892.880,83
Dividendo Adicional Proposto	54.964.735,81



(ii) To fix the global compensation of the Company's managers from May 2024 to April 2025, in the global amount of R\$ 1,935,778.92 (one million, nine hundred and thirty-five thousand, seven hundred and seventy-eight reais and ninety-two cents).

(iii) To re-ratify the compensation of the Company's Board of Executive Officers approved from May 2023 to April 2024, changing the amount from non-fixed compensation to fixed compensation on R\$ 2,013,782.04 (two million, thirteen thousand, seven hundred and eighty-two reais and four cents), a variation of R\$ 2,013,782.04 (two million, thirteen thousand, seven hundred and eighty-two reais and four cents).

(iv) To elect, to compose the Board of Executive Officers of the Company, the members indicated below:

(iv.a) Mr. **FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA**, Brazilian, married, administrator, bearer of Identity Card RG No. 7968873 and registered in the Taxpayer Registry of Individuals of the Ministry of Finance under No. 119.367.108-62, to hold the position of **Superintendent Officer**; (iv.b) Mr. **YUEHUI PAN**, Chinese, married, accountant, bearer of Identity Card (RNE) No. V739928-Q (CGPI/DIREX/DPF) and registered in the Taxpayer Registry of Individuals of the Ministry of Finance under No. 061.539.517-16, to hold the position of **Executive Financial Officer**; and (iv.c) Mr. **FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**, Brazilian, divorced, administrator, bearer of Identity Card RG No. 30.696.528-8 SSP-SP and registered in the Taxpayer Registry of Individuals of the Ministry of Finance under No. 276.489.428-79, to hold the position of **Administrative Executive Officer**, all with business address at Rua Jorge de Figueiredo Correa, No. 1632, part, Jardim Professora Tarcília, in the City of Campinas, State of São Paulo, Zip Code 13087-397.

The term of office of the members of the Company's Board of Executive Officers will be 2 years from the present date or until the Annual General Meeting of 2026, whichever occurs last, being permitted re-election.

The members of the Board of Executive Officers elected herein will take office upon signing the Instrument of Investiture in the Minutes Registry Book of the Board of Executive Officers of the Company, which contains the declaration of clearance, in under article 147, §1º, of the Brazilian Corporation

(ii) Fixar a remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2024 a abril de 2025, no valor global de R\$ 1.935.778,92 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos).

(iii) Rerratificar a remuneração da Diretoria Executiva da Companhia aprovada para o período de maio de 2023 a abril de 2024, passando de remuneração não fixada para remuneração fixada em R\$ 2.013.782,04 (dois milhões, treze mil, setecentos e oitenta e dois reais e quatro centavos), uma variação de R\$ 2.013.782,04 (dois milhões, treze mil, setecentos e oitenta e dois reais e quatro centavos).

(iv) Eleger, para compor a Diretoria Executiva, os membros abaixo indicados:

(iv.a) Sr. **FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7968873 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 119.367.108-62, para ocupar o cargo de **Diretor Superintendente**; (iv.b) Sr. **YUEHUI PAN**, chinês, casado, contador, portador da cédula de Identidade de Estrangeiros RNE nº V739928-Q e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 061.539.517-16, para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro**; e (iv.c) Sr. **FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30696528 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 276.489.428-79, para ocupar o cargo de **Diretor Administrativo**, todos com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13087-397.

O prazo do mandato dos membros da Diretoria Executiva da Companhia será de 2 anos a contar da presente data ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, o que ocorrer por último, sendo permitida a reeleição.

Os membros da Diretoria Executiva ora eleitos tomarão posse mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Registro de Atas da Diretoria Executiva da Companhia, nos quais consta a declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei das



Law and under the terms of CVM Instruction No. 80, of March 30th, 2022.

Sociedades por Ações e nos termos da Instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022.

In Extraordinary General Meeting:

(i) **To take cognizance** of the update of the limits of authority of the Company's collegiate bodies by the IPCA, under the terms of the Bylaws, which occurred at the beginning of the fiscal year, as well as the updating of the wording, as per the consolidated document below.

(ii) **To approve** the proposal of amendment and consolidation of the Company's Bylaws, which shall become effective with the wording in accordance with the document below.

VIII. CLOSURE: There being no further business to discuss, the Chairman suspended the Meeting for the time required to draw up these minutes. Once the Meeting was reopened, the minutes were read and approved by the attendees, who subscribe. Fernando Rocha Antonaglia (Chairman), Giulia Lucato de Souza Frazatto (Secretary), CPFL Energia S.A. (by its legal representatives Luis Henrique Ferreira Pinto and Flavio Henrique Ribeiro) and CPFL Comercialização Brasil S.A. (by its legal representatives Flavio Henrique Ribeiro and Ricardo Motoyama de Almeida).

For legal implications, the Portuguese version shall prevail.

I certify that these minutes are a faithful copy of those filed in the respective book.

Jaguariúna, April 25th, 2024.

Board/Mesa:

Fernando Rocha Antonaglia
Chairman/Presidente da Mesa

Giulia Lucato de Souza Frazatto
Secretary/Secretária



Este documento foi assinado digitalmente por Giulia Lucato De Souza Frazatto e Fernando Rocha Antonaglia. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br> e utilize o código C77C-87B8-ACB8-33C6.



**ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.**
Closely-held Company
CNPJ/MF No. 38.316.293/0001-93
NIRE No. 35.300.555.481

**ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.**
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 38.316.293/0001-93
NIRE nº 35.300.555.481

BYLAWS

CHAPTER I CORPORATE NAME, PURPOSES, HEADQUARTERS AND TERM

Article 1 - ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("Company") shall be governed by these Bylaws and by the applicable legislation in force.

Article 2 - The Company has as its corporate purpose to:

- (a) the execution of loan, financing and credit rights acquisition operations, exclusively through an electronic platform, using financial resources whose sole origin is equity;
- (b) the provision of credit analysis and collection services for third parties;
- (c) acting as an insurance representative in the distribution of insurance related to the operations mentioned in item (a) above, under the terms of the regulations of the National Private Insurance Council (CNSP); and
- (d) participation in the capital of other companies, as a partner or shareholder, except financial institutions.

Article 3 - The Company is headquartered in the city of Jaguariúna, state of São Paulo, at Rua Vigato, No. 1620, ground floor, bairro João Aldo Nassif, Zip Code: 13916-070, and may open, amend and close branches, offices, agencies or any other facilities, in any location.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1 - A ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("Companhia") reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2 - A Companhia tem por objeto social:

- (a) a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;
- (b) a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de crédito para terceiros;
- (c) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no item (a) acima, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e
- (d) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

Artigo 3 - A Companhia tem sede na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Rua Vigato, nº 1.620, térreo, bairro João Aldo Nassif, CEP: 13916-070, podendo abrir, alterar e encerrar filiais, escritórios, agências ou outras instalações, em qualquer localidade.



Article 4 - The duration term of the Company is undetermined.

Artigo 4 - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CHAPTER II CAPITAL STOCK, SHARES AND SHAREHOLDERS

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Article 5 - The capital stock is R\$ 95,000,000.00 fully subscribed and paid, divided into 95,000,000 common shares, book-entry and without par value.

Artigo 5 - O capital social é de R\$ 95.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 95.000.000 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Sole Paragraph - The Company shall contract book-entry share services with a financial institution authorized by the Brazilian Securities and Exchange Commission to maintain this service.

Parágrafo Único - A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.

Article 6 - The Company, by decision taken at the Shareholders' Meeting, may issue preferred shares, in one or more classes, redeemable or not, subject to the legal limit.

Artigo 6 - A Companhia, através de deliberação tomada em Assembleia Geral de Acionistas, poderá emitir ações preferenciais, em uma ou mais classes, resgatáveis ou não, observado o limite legal.

Article 7 - The Company, by decision taken at the Shareholders' Meeting, may issue securities, convertible or not into shares, which shall entitle their holders to credit rights against it.

Artigo 7 - A Companhia, mediante aprovação da Assembleia Geral, poderá emitir valores mobiliários, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela.

Article 8 - It is forbidden the issuance of beneficial shares.

Artigo 8 - É vedada a emissão de partes beneficiárias.

SECTION I SHAREHOLDERS MEETING

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Article 9 - The Shareholders' Meeting shall be held ordinarily until April 30th of each year, and extraordinarily whenever convened by the Board of Executive Officers, by the Fiscal Council, when installed, or by shareholders, in accordance with the law.

Artigo 9 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, quando instalado, ou por acionistas, na forma da lei.

Article 10 - The Shareholders' Meeting will be responsible, without prejudice to the duties provided for by law:

Artigo 10 - Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das competências legalmente previstas:

- | | |
|---|--|
| (a) decide on the management's accounts referring to the last fiscal year; | (a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social; |
| (b) examine, discuss and vote the financial statements, accompanied by the opinion of the Fiscal Council, whenever installed; | (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; |
| (c) decide on the allocation of the net profit of the fiscal year and distribution of dividends; | (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; |
| (d) elect and dismiss the effective and alternate members of Fiscal Council, whenever installed; | (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado; |
| (e) elect and dismiss the members of the Board of Executive Officers | (e) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva; |
| (f) the establishment of the annual global compensation of the members of the Management, as well as the compensation of the Fiscal Council, whenever installed; | (f) fixar o montante global anual da remuneração dos membros da Administração, bem como o montante global da remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado; |
| (g) declare interim and/or periodical dividends, under the terms of the legislation in force, as well as declare interest on equity, in compliance with the provisions of these Bylaws; | (g) declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio, observado o disposto neste Estatuto; |
| (h) decide on the cancellation of authorization to operate as a private financial institution, as well as determine the method of liquidation and appoint the liquidator; | (h) deliberar sobre o cancelamento da autorização para funcionar como instituição financeira privada, bem como determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante; |
| (i) decide on the opening, address amendment and dissolution of branches, offices, agencies or other facilities abroad; | (i) deliberar sobre a abertura, alteração de endereço e o encerramento de filiais, escritórios, agências ou outras instalações no exterior; |
| (j) the Amendment to the Bylaws; and | (j) a reforma do Estatuto Social; e |
| (k) resolve any silent cases in these Bylaws and perform other duties that the law, or these Bylaws, do not assign to another body. | (k) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão. |

Article 11 - The Shareholders' Meeting shall be chaired by the Superintendent and, in his/her absence, by any other person appointed by the Shareholders. The President of the Shareholders' Meeting shall choose the Secretary.

CHAPTER III MANAGEMENT BODIES

Article 12 - The Management of the Company shall be incumbent to the Board of Executive Officers.

Article 13 - The investiture in the respective position shall be done by signing the instrument of investiture, in the appropriate book, as well as the compliance of the applicable legal requirements, and shall remain in their positions until the new elected Management members take office.

Article 14 - The Management members of the Company shall automatically adhere to the Code of Conduct, to the Policies for Disclosure of Material Act or Fact and of Securities Trading applicable to CPFL Group, upon taking office.

Article 15 - At the Management bodies meetings, the participation of the members shall be allowed through telephone conference or videoconference and votes shall be admitted by means of delegation made in favor of another member, in writing, by electronic mail or by any other means of communication, and the members who so vote shall be counted as present.

Article 16 - The Management bodies shall meet with the presence of half plus one elected members and shall decide by the vote of the majority of those present.

Artigo 11 - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Superintendente e, na sua ausência, por qualquer outra pessoa indicada pelos Acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do Secretário.

CAPÍTULO III ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - A Administração da Companhia compete à Diretoria Executiva.

Artigo 13 - A investidura nos respectivos cargos será feita mediante assinatura, de termo de posse no livro próprio, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, devendo permanecer em seus cargos até a investidura dos novos membros da Administração eleitos.

Artigo 14 - Os membros da Administração da Companhia automaticamente aderirão ao Código de Conduta, às Políticas de divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários aplicáveis aos Grupo CPFL, ao tomar posse.

Artigo 15 - Nas reuniões dos órgãos de Administração será permitida a participação dos membros através de conferência telefônica ou videoconferência e serão admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro membro, por escrito, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 16 - Os órgãos da Administração reunir-se-ão com a presença de metade mais um dos membros eleitos e deliberarão pelo voto da maioria dos presentes.

SECTION I
THE BOARD OF EXECUTIVE OFFICERS

SEÇÃO I
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Article 17 - The Board of Executive Officers shall be composed of at least 2 and up to 10 members being a Superintendent, and all other Executive Officers without specific designation and may have their designation defined at the time of the election.

Paragraph 1st - The term of office of the members of the Board of Executive Officers shall be 2 years, with reelection being permitted.

Paragraph 2nd - At the end of the term, the members of the Board of Executive Officers shall remain in office until their successors take office.

Article 18 - In the event of temporary or permanent vacancy in one of the positions of Executive Officer, the Superintendent may substitute he/she or appoint, from among the other Executive Officers, who shall be responsible for accumulating the functions corresponding to the vacant position, until the election of the substitute by the Shareholders' Meeting.

Paragraph 1st - In the event of a temporary vacancy of the Superintendent, he/she shall be replaced in his/her duties by whomever he/she appoints and, in the absence of such appointment, by whomever the majority of the Board of Executive Officers elects, and the substitute shall be responsible for accumulating the functions corresponding to the vacant position, until the election of the substitute by the Shareholders Meeting takes place.

Paragraph 2nd - In the event of a permanent vacancy in the position of Superintendent of the Board of Executive Officers, the Shareholders Meeting shall elect the new Superintendent, who shall perform his/her duties for the remaining term of office.

Artigo 17 - A Diretoria Executiva compor-se-á de pelo menos 2 e até 10 membros, sendo um Diretor Superintendente, e todos os demais Diretores Executivos sem denominação específica podendo ter sua designação definida no momento da eleição.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 2 anos, admitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria Executiva permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 18 - Na hipótese de vacância temporária ou permanente de um dos cargos de Diretor Executivo, poderá o Diretor Superintendente substituí-lo ou indicar, dentre os demais Diretores Executivos, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda a eleição do substituto pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - No caso de vacância temporária do(a) Diretor(a) Superintendente, este(a) será substituído(a) em suas funções, por quem indicar e, na falta dessa indicação, o eleito pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, competindo ao(à) substituto(a) acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda a eleição do substituto pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - No caso de vacância permanente do cargo de Diretor Superintendente, a Assembleia Geral deverá eleger um(a) novo(a) Diretor(a) Superintendente que exercerá as suas funções durante o período remanescente do mandato.

Article 19 - The duties of the Board of Executive Officers, besides other powers granted by the law or by these Bylaws, are to deliberate about:

(a) all acts necessary to the regular operation of the Company;

(b) opening, address amendment and dissolution of branches, offices, agencies or other facilities in any part of the Country;

(c) contracts for the purchase of materials and acquisition of provision of services with an amount equal to or greater than R\$ 8,704,261.45, except for service contracts entered into with financial institutions and power purchase agreements, for which the scope described in item (d) below must be observed;

(d) contracts of other natures with a value equal to or greater than R\$ 17,412,342.24;

(e) sale, encumbrance or constitution of guarantees involving:

(e.i) movable assets, vehicles and other fixed assets with a value equal to or greater than R\$ 2,047,162.85;

(e.ii) real estate of any amount; and

(f) Donation (or any kind of non-remunerated transference of any asset, cash or even through the assignment of rights), of any amount.

Sole paragraph – Without prejudice to the provisions above, the Board of Executive Officers is responsible, among its other duties, for approving, implementing and reviewing the Company's structures, policies and reports on: **(a)** governance and internal controls; **(b)** prevention of crimes covered by Law No. 9,613/1998; and **(c)** risk management.

Article 20 - All the acts, agreements or documents that imply liability to the

Artigo 19 - Compete à Diretoria Executiva, além de outros poderes conferidos por lei ou por este Estatuto Social, deliberar sobre:

(a) todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;

(b) abertura, a alteração de endereço e o encerramento de filiais, escritórios, agências ou outras instalações em qualquer parte do País;

(c) contratos de compra de materiais e aquisição de serviços de valor igual ou superior a R\$ 8.704.261,45, exceto contratos de serviços celebrados com instituições financeiras e contratos de compra e venda de energia, para os quais deve ser observada a alçada descrita no item (d) abaixo;

(d) contratos de outras naturezas de valor igual ou superior a R\$ 17.412.342,24;

(e) alienação, oneração ou constituição de garantias que envolvam:

(e.i) bens móveis, veículos e demais ativos fixos de valor igual ou superior a R\$ 2.047.162,85, e

(e.ii) bens imóveis de qualquer valor; e

(f) Doação (ou qualquer tipo de cessão não remunerada de bens, dinheiro ou mesmo por cessão de direitos), de qualquer valor.

Parágrafo único – Sem prejuízo do disposto acima, compete à Diretoria Executiva, dentre suas demais atribuições, a aprovação, implementação e revisão de estruturas, políticas e relatórios da Companhia sobre: **(a)** governança e controles internos; **(b)** prevenção aos crimes de que trata a Lei nº 9.613/1998; e **(c)** gerenciamento de riscos.

Artigo 20 - Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade

Company, or release third parties from liability or obligations to the Company, under the penalty of not being effective against it, shall be signed, alternatively:

- (a) by 2 Executive Officers;
- (b) by 1 Executive Officer jointly with an attorney-in-fact, within the limits of the powers of attorney granted;
- (c) by 2 attorneys-in-fact, within the limits of the powers of attorney granted; or
- (d) by a single Executive Officer or a single attorney-in-fact within the limits of the powers of attorney granted whenever prior authorized by the Board of Executive Officers.

Paragraph 1st - The powers of attorney granted by the Company shall: (a) be signed by 2 Executive Officers; (b) expressly specify the powers granted; and (c) state a validity term limited to a maximum of 1 year, without authorization to delegation of powers, with the exception of:

(c.1) "ad judicium" and "ad judicium et extra" powers of attorney, that may be delegated and granted for an undetermined period of time; and

(c.2) the powers of attorney granted to financial institutions, which may be established for the respective period(s) of time of the financing contract(s).

Paragraph 2nd - With due regard to provision herein, the Company may be represented by a single Executive Officer or a single attorney-in-fact, in other acts that do not imply assumption of obligation or the release of third parties' obligations, including, but not limited to:

(a) perform merely administrative routine acts, including, but not limited to, those practiced before public agencies in general, quasi-governmental agencies, associations,

para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos, ser assinados alternativamente:

- (a) por 2 Diretores Executivos;
- (b) por 1 Diretor Executivo em conjunto com um procurador, nos limites do seu instrumento de mandato;
- (c) por 2 procuradores, nos limites do seu instrumento de mandato; ou
- (d) por 1 Diretor Executivo ou por 1 procurador nos limites do seu instrumento de mandato sempre que previamente autorizado pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão (a) ser assinadas por 2 membros da Diretoria Executiva, (b) especificar expressamente os poderes conferidos e (c) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção:

(c.1) das procurações "ad judicium" e "ad judicium et extra", que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado; e

(c.2) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor Executivo ou procurador, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, incluindo, mas não se limitando a:

(a) prática de atos de simples rotina administrativa, incluindo, mas não se limitando, aos praticados perante repartições públicas em geral, autarquias,

regulatory agencies, foundations, Public Prosecutor Officer, state owned companies, joint private and public stock companies, Board of Trade, Labor Court, the National Institute of Social Security (INSS), the Employee Severance Fund (FGTS) and its collecting banks;

(b) acts before the concessionaires, permissionaires or authorized agencies of utility;

(c) to protect its rights in administrative proceedings or any other proceedings, and to perform tax, labour and social security obligations;

(d) to endorse negotiable instruments for purpose of collection or deposit in bank accounts held by the Company;

(e) before the credit protection agencies;

(f) in the public or private bidding processes, including, but not limited to, perform record update, registration, submission of declarations, accreditation; and

(g) to receive summons, service of process, notification or writs, or further to represent the Company before any Court.

Article 21 - It is the duty of any member of the Board of Executive Officers, in addition to the exercise of the powers and duties assigned by these Bylaws, to perform other functions that may be determined by the Shareholders' Meetings.

SECTION II THE FISCAL COUNCIL

Article 22 - The Fiscal Council shall not be permanent and may be installed by the Shareholders' Meetings, according to the legal provisions, and shall be composed of 3 members and their respective alternates.

empresas públicas, sociedades de economia mista, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seus bancos arrecadadores;

(b) atos perante as concessionárias, permissionárias e autorizadas;

(c) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias;

(d) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia;

(e) junto a órgãos de proteção ao crédito;

(f) em processos licitatórios públicos e privados, incluindo, mas não se limitando a atualização cadastral, credenciamento, envio de declarações, habilitação; e

(g) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Artigo 21 - Compete a qualquer membro da Diretoria Executiva, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral.

SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

Artigo 22 - O Conselho Fiscal não funcionará de forma permanente e poderá ser instalado pela Assembleia Geral, obedecidas as disposições legais, e será composto por 3 membros e respectivos suplentes.

Paragraph 1st - The global fees of the Fiscal Council members shall be fixed by the Annual Shareholders' Meetings.

Parágrafo 1º - Os honorários globais dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária.

Paragraph 2nd - The duties of the Fiscal Council are those determined by the law.

Parágrafo 2º - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei.

CHAPTER IV THE OMBUDSMAN OFFICE

CAPÍTULO IV DA OUVIDORIA

Article 23 - The Company will have a permanently functioning Ombudsman's Office, composed of an Ombudsman, who will be appointed by the Board of Executive Officers from among people who meet the minimum conditions and requirements to guarantee its proper functioning, and must have expertise in topics related to ethics, rights and consumer protection and conflict mediation.

Artigo 23 - A Companhia terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria Executiva dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos.

Paragraph 1st - The Ombudsman will have a term of office of 36 months, with re-election permitted.

Parágrafo 1º - O Ouvidor terá um mandato de 36 meses, sendo permitida a reeleição.

Paragraph 2nd - The Board of Executive Officers may dismiss the Ombudsman in the event of non-compliance with the duties set out in the article below.

Parágrafo 2º - A Diretoria Executiva poderá destituir o Ouvidor no caso de descumprimento das atribuições previstas no artigo abaixo.

Article 24 - The Ombudsman's Office will have the assignments to:

Artigo 24 - A Ouvidoria terá como atribuições:

(a) provide last resort service to the demands of customers and users of products and services that have not been resolved through the Company's primary service channels;

(a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia;

(b) act as a communication channel between the Company and customers and users of products and services, including mediating conflicts;

(b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;

(c) inform the Board of Executive Officers about Ombudsman activities;

(c) informar à Diretoria Executiva a respeito das atividades de Ouvidoria;

(d) meet, record, instruct, analyze and provide formal and appropriate treatment to the demands of customers and users of the Company's products and services;

(e) provide clarifications to the claimants regarding the progress of the demands and the measures adopted;

(f) inform complainants of the expected deadline for a final response, which may not exceed 10 working days, and may be extended, exceptionally and in a justified manner, once, for the same period, limiting the number of extensions to 10% of the total of demands in the month, and the claimant must be informed of the reasons for the extension;

(g) forward a conclusive response to the complainants' demand within the expected deadline;

(h) keep the Board of Executive Officers informed about the problems and deficiencies detected in the fulfillment of their duties and about the results of the measures adopted by the Company's administrators to resolve them; and

(i) prepare and forward to internal audit and the Board of Executive Officers, at the end of each semester, a quantitative and qualitative report on the activities carried out by the Ombudsman's Office in fulfilling its duties.

Article 25 – To the Ombudsman's Office will be given adequate conditions for its functioning, as well as for its actions to be guided by transparency, independence, impartiality and impartiality.

Article 26 - The Ombudsman's Office will have access to the information necessary to prepare an adequate response to the demands received, with full administrative

(d) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia;

(e) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas e das providências adotadas;

(f) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

(g) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes no prazo previsto;

(h) manter a Diretoria Executiva informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e

(i) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria Executiva, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 25 - Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Artigo 26 - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo,



support, and may request information and documents to carry out its activities in fulfilling its duties.

podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CHAPTER V THE FISCAL YEAR

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL

Article 27 - The fiscal year shall end on December 31st of each year.

Artigo 27 - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Sole Paragraph - The net profit of the fiscal year shall be mandatorily allocated as follows:

Parágrafo único - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5%, before any other allocation, to form the legal reserve, until it reaches 20% of the subscribed capital stock;

(a) 5%, antes de qualquer outra destinação, para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;

(b) a minimum of 5% of the net profit of the fiscal year, for the payment of mandatory dividend, adjusted according to the terms of Article 202 of Corporate Law;

(b) no mínimo 5% do lucro líquido do exercício, para o pagamento de dividendo obrigatório, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) the remaining profit, except as otherwise resolved by the Shareholders' Meetings, shall be allocated to form the working capital reinforcement reserve, the total of which shall not exceed the amount of the subscribed capital stock; and

(c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito; e

(d) in the event of loss in the fiscal year, the accrued reserves of profits, of capital and legal may be used to absorb the remaining loss, being the legal reserve the last to be absorbed.

(d) em caso de prejuízo no exercício, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida.

Article 28 - By resolution of the Shareholders' Meeting, the mandatory dividend may be paid in advance, during the fiscal year and until the Annual Shareholders' Meeting that determines the respective amount; The amount of the anticipated dividend will be offset against that of the mandatory dividend for the year. The Annual Shareholders' Meeting shall determine the payment of the balance of the mandatory dividend that may be due, as well as the

Artigo 28 - Por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório



reversion to that reserve of the amount paid in advance.

que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Article 29 - The Company may prepare the semi-annual balance on June 30th of each year, or in shorter periods.

Artigo 29 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais em 30 de junho de cada ano, ou em menores períodos.

Paragraph 1st - The Shareholders' Meeting may declare interim and periodical dividends.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários e intercalares.

Paragraph 2nd - The Shareholders' Meetings may declare interest on equity and allocate them to the payment of the minimum mandatory dividend.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá declarar juros sobre o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Article 30 - The dividends, except as otherwise decided by the Shareholders' Meetings, shall be paid no later than 60 days counted as of the date of the decision on their distribution and, in any case, within the fiscal year.

Artigo 30 - Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Article 31 - The declared dividends shall neither accrue interest nor be adjusted for inflation and, if they are not claimed within 3 years as of the date of the beginning of the respective payment, they shall become time-barred in favour of the Company.

Artigo 31 - Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 anos, contados do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CHAPTER VI FINAL PROVISIONS

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Article 32 – The monetary values referred to the Articles herein shall be restated on January of each year, and shall be adjusted, in the beginning of each fiscal year, based on the IPCA variation announced by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE of the previous corporate fiscal year; and in the absence thereof, by another index published by the same Foundation reflecting the same loss of purchasing power of the national currency that occurred in the period.

Artigo 32 – Os valores monetários referidos nos Artigos deste Estatuto serão atualizados em janeiro de cada ano, e serão corrigidos no início de cada exercício social, com base na variação do IPCA divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.



PROTÓCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/C77C-87B8-ACB8-33C6> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C77C-87B8-ACB8-33C6



Hash do Documento

JpP/BCX/C6G3D9vu9periBeH4exKSsf210vhDYuHKYU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/05/2024 é(são) :

- Giulia Lucato De Souza Frazatto (Signatário) - 434.770.758-46
em 07/05/2024 11:33 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Fernando Rocha Antonaglia (Signatário) - 119.367.108-62 em
03/05/2024 14:40 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 07/05/2024 é(são) :

- Ronaldo Goncalves de Oliveira Junior - 478.445.048-38 em
03/05/2024 14:48 UTC-03:00



INSTRUMENT OF INVESTITURE

On April 25th, 2024,, at the registered office of **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" or "Company"), located at Rua Vigato, nº 1.620, ground floor, bairro João Aldo Nassif, Zip Code: 13916-070, in the city of Jaguariúna, state of São Paulo, enrolled with CNPJ/ME under No. 38.316.293/0001-93, pursuant to legal and statutory provisions, upon signing this instrument, is invested as **Superindent Executive Officer**, to which he was elected at the Ordinary General Meeting, held on April 25th, 2024, to serve the term of office starting as of the present date and until the Annual General Meeting of the Company that approves the accounts for the fiscal year ended on December 31st, 2024, Mr. **FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA**, brazilian, married, administrator, bearer of Identity Card RG No. 7968873, enrolled with CPF under No. 119.367.108-62, resident and domiciled in the City of Campinas, State of São Paulo, with business address at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, part, Jardim Professora Tarcília, ZIP Code 13087-397, in the city of Campinas, state of São Paulo.

The **Superindent Executive Officer** herein elected declares, pursuant to articles 146 and 147 of the Brazilian Law No. 6,404, of December 15th, 1976 ("Brazilian Corporation Law") and in Law nº 10.406, of January 10th, 2002 (Civil Code) as applicable, that he/she is not prohibited from exercising the Company's management by special law nor due to criminal conviction for which the penalty prohibits, even temporarily, access to public office; nor criminal bankruptcy, prevarication, corruption or related crimes, bribery, graft, embezzlement; nor crimes against popular economy, against the national financial system, against antitrust rules, against consumer relations, full faith or ownership, and meets the requirements set forth in paragraph 3 of article 147 of the Brazilian Corporation Law and subsequent amendments. The signatory further declares (i) for the purposes of article 149, paragraph 2, of the Brazilian Corporation Law, that he/she will receive any summons and subpoenas in administrative and judicial proceedings related to his/her management at the Company's address indicated above, and that any change will be communicated to the Company in writing; and (ii) that he/she is not a politically exposed person as defined in current regulations.

Furthermore, the **Superindent Executive Officer** hereby elected manifests full and unrestricted compliance

TERMO DE POSSE

Aos 25 dias do mês de abril de 2024, na sede social da **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" ou "Companhia"), localizada na Rua Vigato, nº 1.620, térreo, bairro João Aldo Nassif, CEP: 13916-070, na Cidade de Jaguariúna, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.316.293/0001-93, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, toma posse, no cargo de **Diretor Superintendente**, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2024, para cumprir o mandato a partir da presente data até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Sr. **FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de Identidade RG nº 7968873, inscrito no CPF sob o nº 119.367.108-62, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado do São Paulo, com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

O **Diretor Superintendente** ora eleito declara, nos termos dos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) conforme aplicável, não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou crimes correlatos, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, e atender aos requisitos estabelecidos no §3º do artigo 147 da Lei das S.A. e alterações posteriores. Declara ainda o signatário (i) para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei das S.A., que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos à sua gestão no endereço da Companhia acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia; e (ii) que não é pessoa exposta politicamente, conforme definição na regulamentação vigente.

Ainda, o **Diretor Superintendente** ora eleito manifesta total e irrestrita concordância com todas as



with all rules issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission ("**CVM**"), as well as the other rules applicable to the operation of the capital markets in general.

Finally, he declares that:

I – has an unblemished reputation and does not hold a position in a company that may be considered a competitor of the Company, and does not have, nor represents, any interest conflicting with that of the Company;

II – has not been condemned to suspension or temporary ineligibility applied by CVM that would make him ineligible for management positions;

III – has received, read and understood the **Code of Ethical Conduct** and the **Anti-Corruption Policy** of his/her holding company, CPFL Energia, in its entirety, and freely undertakes to follow all guidelines established in these rules, being aware that his conduct must be guided by the highest ethical and professional standards, respect and protection of human rights, appreciation of diversity, inclusion and equity of opportunities, and of his/her responsibility to respect, value and ensure full compliance with these provisions; and

IV – has full knowledge of the terms and conditions and adheres to the rules contained in the **Policy for Trading Securities** and the **Policy for Disclosure of Relevant Act or Fact** of his holding company, CPFL Energia and undertakes to faithfully comply with them.

As such, the **Superintendent Executive Officer** has been invested in office after complying with the legal formalities. This instrument was drawn up, read, approved and signed by the **Superintendent Executive Officer** hereby invested.

For legal purposes, the Portuguese version shall prevail.

Jaguariúna April 25th, 2024.

FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA
Superintendent Executive Officer / Diretor Superintendente

normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), bem como as demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Por fim, declara que:

I – possui reputação ilibada e não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia;

II – não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração;

III – recebeu, leu e compreendeu o **Código de Conduta Ética** e a **Política Anticorrupção** de sua holding, CPFL Energia, em sua totalidade, e, livremente, compromete-se a seguir todas as orientações estabelecidas nos referidos normativos, estando consciente de que sua conduta deve se pautar pelos mais altos padrões éticos e profissionais, respeito e proteção aos direitos humanos, valorização da diversidade, inclusão e equidade de oportunidades, e de sua responsabilidade em respeitar, valorizar e zelar pelo cumprimento integral destes dispositivos; e

IV – tem integral conhecimento dos termos e condições e adere às regras constantes da **Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão** e da **Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante** de sua holding, CPFL Energia e obriga-se a observá-las fielmente.

Assim sendo, o **Diretor Superintendente** foi investido em seu cargo, após o cumprimento das formalidades legais. E, para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e aprovado, é assinado pelo **Diretor Superintendente** empossado.

Para efeitos legais, a versão válida é a redigida na língua Portuguesa.

Jaguariúna, 25 de abril de 2024.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/B13F-2B89-58A1-C545> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B13F-2B89-58A1-C545



Hash do Documento

qVs8NOe9gjPIXQu4lg3J3A68g+uSinvmjP71/ij4O9U=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/05/2024 é(são) :

- Fernando Rocha Antonaglia (Signatário) - 119.367.108-62 em
03/05/2024 14:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 03/05/2024 é(são) :

- Ronaldo Goncalves de Oliveira Junior - 478.445.048-38 em
03/05/2024 14:48 UTC-03:00



INSTRUMENT OF INVESTITURE

On April 25th, 2024,, at the registered office of **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" or "Company"), located at Rua Vigato, nº 1.620, ground floor, bairro João Aldo Nassif, Zip Code: 13916-070, in the city of Jaguariúna, state of São Paulo, enrolled with CNPJ/ME under No. 38.316.293/0001-93, pursuant to legal and statutory provisions, upon signing this instrument, is invested as **Financial Officer**, to which he was elected at the Ordinary General Meeting, held on April 25th, 2024, to serve the term of office starting as of the present date and until the Annual General Meeting of the Company that approves the accounts for the fiscal year ended on December 31st, 2024, Mr. **YUEHUI PAN**, chinese, married, accountant, bearer of identity card (RNE) No. V739928-Q, enrolled with CPF under No. 061.539.517-16, resident and domiciled in the City of Campinas, State of São Paulo, with business address at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, part, Jardim Professora Tarcília, ZIP Code 13087-397, in the city of Campinas, state of São Paulo.

The **Financial Officer** herein elected declares, pursuant to articles 146 and 147 of the Brazilian Law No. 6,404, of December 15th, 1976 ("Brazilian Corporation Law") and in Law nº 10.406, of January 10th, 2002 (Civil Code) as applicable, that he/she is not prohibited from exercising the Company's management by special law nor due to criminal conviction for which the penalty prohibits, even temporarily, access to public office; nor criminal bankruptcy, prevarication, corruption or related crimes, bribery, graft, embezzlement; nor crimes against popular economy, against the national financial system, against antitrust rules, against consumer relations, full faith or ownership, and meets the requirements set forth in paragraph 3 of article 147 of the Brazilian Corporation Law and subsequent amendments. The signatory further declares (i) for the purposes of article 149, paragraph 2, of the Brazilian Corporation Law, that he/she will receive any summons and subpoenas in administrative and judicial proceedings related to his/her management at the Company's address indicated above, and that any change will be communicated to the Company in writing; and (ii) that he/she is not a politically exposed person as defined in current regulations.

Furthermore, the **Financial Officer** hereby elected manifests full and unrestricted compliance with all rules issued by the Brazilian Securities and Exchange

TERMO DE POSSE

Aos 25 dias do mês de abril de 2024, na sede social da **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" ou "Companhia"), localizada na Rua Vigato, nº 1.620, térreo, bairro João Aldo Nassif, CEP: 13916-070, na Cidade de Jaguariúna, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.316.293/0001-93, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, toma posse, no cargo de **Diretor Financeiro**, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2024, para cumprir o mandato a partir da presente data até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Sr. **YUEHUI PAN**, chinês, casado, contador, portador da cédula de identidade de RNE nº V739928-Q, inscrito no CPF sob o nº 061.539.517-16, residente e domiciliado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

O **Diretor Financeiro** ora eleito declara, nos termos dos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) conforme aplicável, não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou crimes correlatos, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, e atender aos requisitos estabelecidos no §3º do artigo 147 da Lei das S.A. e alterações posteriores. Declara ainda o signatário (i) para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei das S.A., que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos à sua gestão no endereço da Companhia acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia; e (ii) que não é pessoa exposta politicamente, conforme definição na regulamentação vigente.

Ainda, o **Diretor Financeiro** ora eleito manifesta total e irrestrita concordância com todas as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários

Commission ("CVM"), as well as the other rules applicable to the operation of the capital markets in general.

("CVM"), bem como as demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Finally, he declares that:

Por fim, declara que:

I – has an unblemished reputation and does not hold a position in a company that may be considered a competitor of the Company, and does not have, nor represents, any interest conflicting with that of the Company;

I – possui reputação ilibada e não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia;

II – has not been condemned to suspension or temporary ineligibility applied by CVM that would make him ineligible for management positions;

II – não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração;

III – has received, read and understood the **Code of Ethical Conduct** and the **Anti-Corruption Policy** of his/her holding company, CPFL Energia, in its entirety, and freely undertakes to follow all guidelines established in these rules, being aware that his conduct must be guided by the highest ethical and professional standards, respect and protection of human rights, appreciation of diversity, inclusion and equity of opportunities, and of his/her responsibility to respect, value and ensure full compliance with these provisions; and

III – recebeu, leu e compreendeu o **Código de Conduta Ética** e a **Política Anticorrupção** de sua holding, CPFL Energia, em sua totalidade, e, livremente, compromete-se a seguir todas as orientações estabelecidas nos referidos normativos, estando consciente de que sua conduta deve se pautar pelos mais altos padrões éticos e profissionais, respeito e proteção aos direitos humanos, valorização da diversidade, inclusão e equidade de oportunidades, e de sua responsabilidade em respeitar, valorizar e zelar pelo cumprimento integral destes dispositivos; e

IV – has full knowledge of the terms and conditions and adheres to the rules contained in the **Policy for Trading Securities** and the **Policy for Disclosure of Relevant Act or Fact** of his holding company, CPFL Energia and undertakes to faithfully comply with them.

IV – tem integral conhecimento dos termos e condições e adere às regras constantes da **Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão** e da **Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante** de sua holding, CPFL Energia e obriga-se a observá-las fielmente.

As such, the **Financial Officer** has been invested in office after complying with the legal formalities. This instrument was drawn up, read, approved and signed by the **Financial Officer** hereby invested.

Assim sendo, o **Diretor Financeiro** foi investido em seu cargo, após o cumprimento das formalidades legais. E, para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e aprovado, é assinado pelo **Diretor Financeiro** empossado.

For legal purposes, the Portuguese version shall prevail.

Para efeitos legais, a versão válida é a redigida na língua Portuguesa.

Jaguariúna April 25th, 2024.

Jaguariúna, 25 de abril de 2024.

YUEHUI PAN
Financial Officer / Diretor Financeiro

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/293D-A339-F9F6-5162> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 293D-A339-F9F6-5162



Hash do Documento

9wSCLrC4tmG72WsTg2QBGt0Nnlw0CCBENEqP23S4ChE=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/05/2024 é(são) :

Yuehui Pan (Signatário) - 061.539.517-16 em 15/05/2024 12:29

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 15/05/2024 é(são) :

Ronaldo Goncalves de Oliveira Junior - 478.445.048-38 em

03/05/2024 14:48 UTC-03:00



INSTRUMENT OF INVESTITURE

TERMO DE POSSE

On April 25th, 2024,, at the registered office of **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" or "Company"), located at Rua Vigato, nº 1.620, ground floor, bairro João Aldo Nassif, Zip Code: 13916-070, in the city of Jaguariúna, state of São Paulo, enrolled with CNPJ/ME under No. 38.316.293/0001-93, pursuant to legal and statutory provisions, upon signing this instrument, is invested as **Administrative Officer**, to which he was elected at the Ordinary General Meeting, held on April 25th, 2024, to serve the term of office starting as of the present date and until the Annual General Meeting of the Company that approves the accounts for the fiscal year ended on December 31st, 2024, Mr. **FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**, brazilian, divorced, administrator, bearer of identity card RG No.30696528, enrolled with CPF under No. 276.489.428-79, resident and domiciled in the City of Campinas, State of São Paulo, with business address at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, part, Jardim Professora Tarcília, ZIP Code 13087-397, in the city of Campinas, state of São Paulo.

The **Administrative Officer** herein elected declares, pursuant to articles 146 and 147 of the Brazilian Law No. 6.404, of December 15th, 1976 ("Brazilian Corporation Law") and in Law nº 10.406, of January 10th, 2002 (Civil Code) as applicable, that he/she is not prohibited from exercising the Company's management by special law nor due to criminal conviction for which the penalty prohibits, even temporarily, access to public office; nor criminal bankruptcy, prevarication, corruption or related crimes, bribery, graft, embezzlement; nor crimes against popular economy, against the national financial system, against antitrust rules, against consumer relations, full faith or ownership, and meets the requirements set forth in paragraph 3 of article 147 of the Brazilian Corporation Law and subsequent amendments. The signatory further declares (i) for the purposes of article 149, paragraph 2, of the Brazilian Corporation Law, that he/she will receive any summons and subpoenas in administrative and judicial proceedings related to his/her management at the Company's address indicated above, and that any change will be communicated to the Company in writing; and (ii) that he/she is not a politically exposed person as defined in current regulations.

Furthermore, the **Administrative Officer** hereby elected manifests full and unrestricted compliance with all rules issued by the Brazilian Securities and Exchange

Após 25 dias do mês de abril de 2024, na sede social da **ALESTA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Alesta" ou "Companhia"), localizada na Rua Vigato, nº 1.620, térreo, bairro João Aldo Nassif, CEP: 13916-070, na Cidade de Jaguariúna, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.316.293/0001-93, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, toma posse, no cargo de **Diretor Administrativo**, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2024, para cumprir o mandato a partir da presente data até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Sr. **FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30696528, inscrito no CPF sob o nº 276.489.428-79, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado do São Paulo, com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado do São Paulo.

O **Diretor Administrativo** ora eleito declara, nos termos dos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) conforme aplicável, não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou crimes correlatos, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, e atender aos requisitos estabelecidos no §3º do artigo 147 da Lei das S.A. e alterações posteriores. Declara ainda o signatário (i) para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei das S.A., que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos à sua gestão no endereço da Companhia acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia; e (ii) que não é pessoa exposta politicamente, conforme definição na regulamentação vigente.

Ainda, o **Diretor Administrativo** ora eleito manifesta total e irrestrita concordância com todas as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários



Commission ("CVM"), as well as the other rules applicable to the operation of the capital markets in general.

("CVM"), bem como as demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Finally, he declares that:

Por fim, declara que:

I – has an unblemished reputation and does not hold a position in a company that may be considered a competitor of the Company, and does not have, nor represents, any interest conflicting with that of the Company;

I – possui reputação ilibada e não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia;

II – has not been condemned to suspension or temporary ineligibility applied by CVM that would make him ineligible for management positions;

II – não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração;

III – has received, read and understood the **Code of Ethical Conduct** and the **Anti-Corruption Policy** of his/her holding company, CPFL Energia, in its entirety, and freely undertakes to follow all guidelines established in these rules, being aware that his conduct must be guided by the highest ethical and professional standards, respect and protection of human rights, appreciation of diversity, inclusion and equity of opportunities, and of his/her responsibility to respect, value and ensure full compliance with these provisions; and

III – recebeu, leu e compreendeu o **Código de Conduta Ética** e a **Política Anticorrupção** de sua holding, CPFL Energia, em sua totalidade, e, livremente, compromete-se a seguir todas as orientações estabelecidas nos referidos normativos, estando consciente de que sua conduta deve se pautar pelos mais altos padrões éticos e profissionais, respeito e proteção aos direitos humanos, valorização da diversidade, inclusão e equidade de oportunidades, e de sua responsabilidade em respeitar, valorizar e zelar pelo cumprimento integral destes dispositivos; e

IV – has full knowledge of the terms and conditions and adheres to the rules contained in the **Policy for Trading Securities** and the **Policy for Disclosure of Relevant Act or Fact** of his holding company, CPFL Energia and undertakes to faithfully comply with them.

IV – tem integral conhecimento dos termos e condições e adere às regras constantes da **Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão** e da **Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante** de sua holding, CPFL Energia e obriga-se a observá-las fielmente.

As such, the **Administrative Officer** has been invested in office after complying with the legal formalities. This instrument was drawn up, read, approved and signed by the **Administrative Officer** hereby invested.

Assim sendo, o **Diretor Administrativo** foi investido em seu cargo, após o cumprimento das formalidades legais. E, para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e aprovado, é assinado pelo **Diretor Administrativo** empossado.

For legal purposes, the Portuguese version shall prevail.

Para efeitos legais, a versão válida é a redigida na língua Portuguesa.

Jaguariúna April 25th, 2024.

Jaguariúna, 25 de abril de 2024

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Administrative Officer / Diretor Administrativo

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/7948-7376-EDB7-49EA> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7948-7376-EDB7-49EA



Hash do Documento

Zt25HQBHZiEfURIfsw4FrYJ2+7U6wU6uoE6Ji+0d0D0Q=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/05/2024 é(são) :

- Flavio Henrique Ribeiro (Signatário) - 276.489.428-79 em
03/05/2024 15:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 03/05/2024 é(são) :

- Ronaldo Goncalves de Oliveira Junior - 478.445.048-38 em
03/05/2024 14:48 UTC-03:00



Alesta

Uma empresa CPFL Energia

Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Finergy Sociedade de Crédito S.A.)
CNPJ nº 39.316.293/0001-95

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A., submete a apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2023.
As demonstrações financeiras na íntegra, relatório de administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis

na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpf.com.br/ri.
A Companhia apresentou o Lucro Líquido de R\$ 60.903 milhões, comparando com o lucro de R\$ 44.116 milhões do exercício anterior. Esse aumento foi decorrente substancialmente do resultado de equivalência patrimonial e da receita de intermediação financeira.

Jaguariúna, 19 de março de 2024.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante		136.920	93.960			Circulante		8.656	6.723		
Disponibilidades	4	44.212	15.729			Outras Obrigações	10	8.656	6.723		
Operações de crédito	5	77.251	77.927			Patrimônio líquido		176.657	118.647		
Financiamento de conta de energia		42.250	3.680			Capital social	11.1	92.020	38.126		
Antecipação de recebíveis		43.114	69.869			Reserva legal	11.2	6.999	3.954		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(7.603)	(1.622)			Reserva de retenção de lucros	11.2	19.633	76.567		
Imposto de renda e contribuição social a compensar			200			Dividendo adicional proposto	11.3	54.965	-		
Dividendo	8.1	12.661									
Outros ativos	8	2.286	104								
Não Circulante		3.011	1.433								
Créditos fiscais diferidos	7	2.879	581								
Outros ativos	6	132	802								
Permanente		45.282	29.977								
Investimentos	8	42.789	26.248								
Imobilizado		8	9								
Intangível	9	2.585	3.720								
Total do ativo		183.313	129.370			Total do passivo e do patrimônio líquido		183.313	129.370		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Reserva de Lucro					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Dividendo	Lucros acumulados	
Resultado abrangente total	38.126	1.748	36.753	-	76.627	44.116
Mutações internas do patrimônio líquido	-	2.206	39.814	-	42.116	44.116
Constituição da reserva legal	-	2.206	-	-	(2.206)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	39.814	-	(39.814)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Dividendo mínimo obrigatório (nota 11)	-	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.126	3.954	76.567	-	118.647	118.647
Resultado abrangente total	-	-	-	-	60.903	60.903
Mutações internas do patrimônio líquido	56.874	3.645	(56.874)	-	60.903	60.903
Aumento de capital	56.874	-	(56.874)	-	(3.045)	(3.045)
Constituição da reserva legal	-	3.045	-	-	(3.045)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(3.045)	(3.045)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	54.965	(97.858)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.893)	(2.893)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	54.965	(54.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.000	6.999	19.693	54.965	176.657	176.657
Resultado abrangente total	95.000	3.954	19.693	-	28.618	147.265
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	32.285	32.285
Constituição da reserva legal	-	3.045	-	-	(3.045)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	3.045	-	-	(3.045)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	54.965	(97.858)
Dividendo mínimo obrigatório (nota 11)	-	-	-	-	(2.893)	(2.893)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	54.965	(54.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.000	6.999	19.693	54.965	176.657	176.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Alesta" ou "Companhia"), é uma instituição financeira privada, com sede localizada na cidade de Jaguariúna, no Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade por ações. A Companhia constituída em 15 de abril de 2020 foi autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BCB") em 22 de junho de 2020 e com início de suas atividades com operações financeiras em 5 de abril de 2021. A Companhia tem como objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisições de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de créditos para terceiros, a situação como representante de seguros na distribuição de seguros relacionado com as operações mencionadas acima, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e participação no capital de outras sociedades, como a Socor ou acionista, exceto instituições financeiras. A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora") detém 99,99% do seu capital social. A CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL CB) detém 0,01% do seu capital social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e nº 11.941/09 e normas estabelecidas pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02 de 12/08/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela Carta-Circular nº 3.624, de 26/12/2013 e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs 001(R), 01(R), 02(R), 03(R), 04(R), 05(R), 10(R), 13, 24, 25, 27, 33(R), 41 e 46 - aprovados pelo BACEN. Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia adotou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparados as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas. Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras. A referida norma, entre outros requisitos determinou a evidencição em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Administração avaliou que não ocorreu eventos de resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF. Com vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e em conformidade com o BACEN, a Alesta desenvolveu um plano de implementação acerca da resolução nº 4.966 e resolução nº 309, o qual inclui: i) a análise e avaliação dos impactos contábeis, incluindo a avaliação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, incluindo a adoção de metodologia para apuração de taxa de juros dos instrumentos financeiros, bem como a análise acerca da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; ii) a revisão das políticas da Companhia que possam ser impactadas para refletir a adoção da nova norma; e iii) avaliação dos impactos e alterações decorrentes da nova norma nos sistemas e relatórios da Companhia, que também poderão sofrer ajustes a alterações. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de fevereiro de 2024. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Alesta revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas em fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incerteza e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas

premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 5 - Operações de Créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa da perda de crédito esperada); • Nota 6 - Outros ativos (Créditos a receber de partes relacionadas); • Nota 7 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos; disponibilidade de lucro tributável futuro para realizar as diferenças temporárias); e • Nota 9 - Intangível (Premissa em estimativa de vida útil). **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1 Disponibilidades:** As disponibilidades compreendem saldos em conta corrente e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, com bancos que fazem parte das atividades de gerenciamento de liquidez da Companhia, os quais apresentam liquidez imediata e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Operações de Crédito e Antecipação de recebíveis:** A carteira de crédito da Alesta está composta por duas operações financeiras, financiamentos de contas de energia e antecipação de recebíveis. Registradas ao valor presente, com taxas de juros e encargos conforme contratos firmados com apropriação diária até o período findo desta demonstração financeira. Operações de crédito - Disponíveis para os clientes pertencentes às áreas de concessão da CPFL para financiar suas contas de energia em atraso. Sendo firmado um contrato da Alesta com o consumidor, denominado tomador ou devedor (pessoa física ou pessoa jurídica) para disponibilização de recurso financeiro exclusivo para liquidação da conta de energia. Antecipação de recebíveis - Serviço financeiro que permite aos fornecedores credenciados e ativos solicitarem a antecipação de pagamento dos seus recebíveis com as empresas do Grupo CPFL. A Alesta e o fornecedor firmam um termo de aceite de operação com as condições pactuadas. Em até D+1, o montante negociado com desconto é repassado ao fornecedor e, a partir desse momento, a dívida passa a ser com a Alesta, a qual no vencimento original da fatura negociada, receberá o valor integral que constava em aberto no passivo das empresas do Grupo CPFL. **3.3 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do Conselho Monetário Nacional - CMN. A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682, do CMN, e legislação complementar. O montante constituído é controlado pela Administração suficiente para cobrir as províslas parciais na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. O sistema de *conbanking* da instituição está parametrizado para automaticamente não permitir o reconhecimento de receitas e encargos (Stop Accrual) que é estabelecido pela Resolução nº 2.682 de qualquer natureza referentes às operações de crédito que apresentem parcial ou total atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias. **3.3 Dividendos:** De acordo com Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 5% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, relativos pelas ações em que se dividir o capital da companhia, ou destinado a alguma reserva dentro do patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos comensais e diferido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25% e a Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% com o regime vigente de apuração lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto

Demonstrações dos Resultados
Para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Resultado de	Nota explicativa	2º semestre 2023		2º semestre 2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Intermediação financeira		19.425	34.778	9.679	16.622
Receita de intermediação financeira	12	21.699	37.863	10.833	18.708
Renda com títulos e valores mobiliários	12	2.896	2.896	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(5.170)	(5.981)	(1.154)	(2.085)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.244)	(19.006)	(8.172)	(12.528)
Despesa com pessoal	13	(2.961)	(4.315)	(636)	(1.567)
Despesas gerais e administrativas	13	(5.090)	(11.219)	(5.323)	(8.905)
Outras despesas (receitas) operacionais	13	(1.625)	(2.337)	(54)	(67)
Amortização	9	(568)	(1.135)	(1.987)	(1.987)
Resultado operacional		9.181	15.772	1.507	4.097
Resultado de participações societárias	8.1	26.336	50.644	21.441	41.396
Lucro antes dos tributos		35.317	66.416	22.948	45.495
Contribuição social	7.2	(849)	(1.454)	(138)	(373)
Imposto de renda	7.2	(2.383)	(4.059)	(364)	(1.006)
Lucro líquido		(3.232)	(5.913)	(500)	(1.379)
do semestre/exercício		32.285	60.903	22.448	44.116
Lucro antes de ações		38.125.601	38.125.601	38.125.601	38.125.601
Lucro líquido por ação - R\$		0,85	1,60	0,59	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Resultado abrangente total	2º semestre 2023		2º semestre 2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado abrangente total	32.285	60.903	22.448	44.116
Lucro líquido do semestre/exercício	32.285	60.903	22.448	44.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

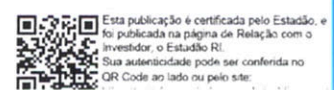
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os semestres/exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2021 (Em milhares de Reais)

Lucro antes dos tributos	2º semestre 2023		2º semestre 2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativas para conciliar o lucro ao caixa	35.318	66.416	22.948	45.495
Atividades operacionais	568	1.135	1.967	1.987
Depreciação e amortização	5	18	(8)	(8)
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	1	1	(6)	(6)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1	1	(6)	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.170	5.981	1.154	659
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(26.336)	(50.644)	(21.441)	(41.396)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.926	22.907	4.634	6.729
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Financiamento de conta de energia e antecipação de recebíveis	(7.452)	(5.816)	46.892	(5.312)
Outros ativos	(1.046)	(1.461)	(58.425)	(53.595)
Tributo a compensar	200	200	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	905	340	(92)	2.511
Outros tributos	40	(57)	292	361
Processos fiscais, civis e trabalhistas pagos	(5)	(5)	(4)	(4)
Outros passivos operacionais	697	(8)	1.188	1.040
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	8.265	16.100	(5.519)	(48.270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.119)	(6.964)	(946)	(1.920)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	3.146	9.136	(6.465)	(50.190)
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	-	-	411	(9)
Aquisição de intangível (nota 9)	-	-	(6.450)	(450)
Redução de capital em subsidiárias (nota 8.1)	-	-	6.000	6.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos (nota 8.1)	6.442	21.442	19.956	52.552
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades investimento	6.442	21.442	19.917	58.193
Atividades de financiamentos				
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(2.095)	(2.095)	(1.553)	(1.553)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(2.095)	(2.095)	(1.553)	(1.553)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.493	28.483	11.903	6.450
Saldo Inicial de caixa e equivalentes de caixa	36.718	15.729	3.825	9.278
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	44.212	44.212	15.729	15.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais e de decrementos de contabilização inicial em combinação de negócios. **3.5 Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. **3.6 Intangível:** Ativo não monetário identificável que representa bens e direitos de utilização de software, a fim de obter benefício econômico futuro através do seu uso na gestão financeira. Seu reconhecimento contábil se dá pelo custo de aquisição, e sua condição operacional é o patrimônio para iniciar amortização no exercício de 5 anos a uma taxa anual de 20%. **3.7 Outras obrigações:** Registrar e controlar outras obrigações junto a pessoas, fornecedores de bens, serviços, tributos e outras finalidades. Quando aplicável são realizadas provisões em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável.

continua >



continuação

Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente denominada Finergy Sociedade de Crédito S.A.) - CNPJ nº 38.316.293/0001-93

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destas saídas, são: a) Ativos financeiros: (i) Operações de crédito; (ii) Arrendamento de recebíveis; e) Valorização dos instrumentos financeiros: O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração e o valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis, referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que não observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos valores relevantes não são dados observáveis de mercado. As operações de crédito são classificadas como nível 2. b) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. c) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos prazos de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Vencimentos de				Total
		A vencer	até 30 dias	31 a 60 dias	de 90 dias	
Fornecedores	10	2.953	412	-	-	3.365
Total		2.953	412	-	-	3.365

Diretoria

FERNANDO ROCHA ANTONAGLIA
Diretor Superintendente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades de administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que exista incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador - CRC 1SP325228/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site.